

Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 3ª Reunião Extraordinária
Dia 15 de agosto de 2003

Às 09:30 (nove e trinta) horas do dia 15 de agosto de 2003 (dois mil e três), na sala Aloísio Magalhães, da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, no Derby, reuniram-se os Conselhos de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Norma Lacerda, suplente do Presidente, e o Municipal de Meio Ambiente – COMAM sob a presidência do Dr. Mauro Buarque, suplente do Presidente. Havendo número legal, a suplente do presidente do CDU, declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Plano Diretor – Diagnóstico (Versão preliminar). Estiveram presentes pelo CDU os conselheiros, Dra. Norma Lacerda, suplente do Presidente, Dra. Elbia Valéria Pires da Silva, Diretora Geral da DIRCON/SEPLAM em EXERCÍCIO (suplente), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município da Secretaria de Assuntos Jurídicos (titular), Dra. Maria Betânia Torres, Assessora Técnica da Diretoria Geral de Programas Especiais da Secretaria de Educação (suplente), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA/PE (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Dr. Marco Antonio Borsoi, representante do IAB (titular), Dr. Ronaldo Coelho Filho, representante do CENDHEC (titular), Dr. Carlos Maurício da Fonseca Guerra, representante do Centro Josué de Castro (suplente), Dra. Ana Kelly Ferreira, representante da ETAPAS/ABONG (suplente), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do Fórum do PREZEIS (titular), Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente) e o Sr. Altamir Jorge do Espírito Santo, representante do MNLM/PE (titular). Dra. Norma Lacerda antes de dar início a reunião propriamente dita, justificou aos conselheiros que Dr. Djalma Paes precisou se ausentar para comparecer a assinatura pelo Prefeito João Paulo da ordem de serviço para urbanização da praia de Brasília Teimosa, com a presença do Ministro das Cidades, Dr. Olívio Dutra. Em seguida, comunicou aos conselheiros uma solicitação da Diretoria Geral de Coordenação e Controle Urbano e Ambiental – DIRCON, datada de 11 de agosto de 2003 para Dra. Norma Lacerda – Presidente da Comissão de Controle Urbanístico – CCU, referente ao Código Florestal, fazendo a leitura da mesma. “Solicitamos a V.Sª, submeter a apreciação por parte da Comissão de Controle Urbanístico – CCU quanto a possibilidade de revogação da Instrução de Serviço nº 08/2002 pelos fatos abaixo: A Instrução de Serviço nº 08/2002 de 27/11/02 foi editada pela DIRCON face discussões sobre a liberação de processos com base nas Portarias da SEPLAM (nºs 28, 34 e 44/2001) ocorridas no Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, em reunião do dia 22/11/02, tendo sido deliberado que fosse editada Instrução Normativa recomendando que os projetos enquadrados na Portaria 44/02, fossem apreciados pela CCU. Passados 9 (nove) meses da edição da referida Instrução, foram analisados o total de 97 (noventa e sete) processos, dos quais 94 (noventa e quatro) foram aprovados pelo Colegiado Técnico da DIRCON, e apenas 03 (três) tiveram parecer contrário por não se enquadrar nos dispositivos definidos nas Portarias da SEPLAM. E ainda, vários outros processos foram enquadrados pelas Coordenadorias Regionais, nas disposições dos decretos municipais que suspendem às aprovações de projeto e licenças, e encontram-se com análise sobrestada nas Coordenadorias Regionais da DIRCON. A CCU acompanhou o parecer do Colegiado

Técnico em todos os processos julgados (com exceção de apenas um único caso), haja vista que os terrenos situavam em áreas com sistema viário implantado ou à margem de canais revestidos. No nosso entendimento, o que se verifica hoje, é um consenso quanto ao não prejuízo ambiental e ao excesso burocrático destas análises. Os procedimentos de análise destes processos além de aumentar o tempo de tramitação, vem acarretando um “congestionamento” nos julgamentos efetuados pelo Colegiado Técnico e pela CCU resultando em prejuízo às análises dos demais processos sob apreciação destes órgãos. Por entender que as Portarias da SEPLAM já definem critérios claros de avaliação dos processos, e que a DIRCON possui equipe técnica capaz de avaliar possíveis danos ambientais decorrentes de futuras construções nestas áreas, sugerimos, pois, a revogação da Instrução de Serviço nº 08/02 a fim de que a análise destes processos retomem (por competência) às Coordenadorias Regionais como eram antes da edição daquela instrução. Lembrando que, nos casos que suscitem questionamentos os processos serão submetidos à apreciação da Diretoria Geral de Meio Ambiente. Face o exposto, solicitamos pronunciamento desta Comissão para posterior apreciação pelo CDU. Atenciosamente, Elbia Valéria Pires da Silva, Diretora Geral da DIRCON em Exercício”. Continuando, Dra. Norma fala que “realmente tem sido uma burocracia excessiva, praticamente 100% dos processos que tramitam na CCU, acompanham o parecer do Colegiado Técnico da DIRCON”. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON que solicitou um esclarecimento. “Entendo que os canais que têm uma rua ao lado, revestidos, não passarão por uma análise de impacto, correto? Dra. Norma responde que quando existe sistema viário consolidado, nas faixas definidas pelo Código Florestal, havia sido deliberado que os projetos seriam analisados pelo Colegiado Técnico da DIRCON e pela CCU. Em seguida, o conselheiro Huseyin pergunta se no critério estabelecido foi cogitado a questão do passivo ambiental. “Concordo, se tivermos uma via de tráfego estabelecida, consolidada, fica difícil alterar o processo. Como se trata o passivo ambiental?” Dra. Norma lembra ao conselheiro que a Prefeitura encontra-se no processo de finalização da minuta de lei em relação a aplicação do Código Florestal nas margens dos corpos d’água, e a solicitação da DIRCON é muito clara quando no final lembra que, nos casos que suscitem questionamentos os processos serão submetidos à apreciação da Diretoria Geral de Meio Ambiente – DIRMAM/SEPLAM. Comunicou também que se faz necessário uma reunião conjunta CDU e COMAM para a aprovação da minuta de lei, antes de encaminhá-la à Câmara. Passando a palavra ao Dr. Mauro Buarque, diretor geral da DIRMAM. O diretor lembra aos conselheiros que o objetivo da reunião de hoje, reunião extraordinária, é o Plano Diretor, informando que, até o final do mês o COMAM irá realizar uma reunião específica sobre o Código Florestal. Em seguida, Dra. Norma pergunta se algum conselheiro é contra a revogação da Instrução de Serviço nº 08/02, obtendo a aprovação de todos os conselheiros presentes do CDU e COMAM. Prosseguindo, Dra. Norma dá início a apresentação dos resultados do diagnóstico, comunicando que o levantamento das informações durou um ano e meio. “Esse tempo foi devido à falta de informações para que conhecêssemos a cidade. A Prefeitura nunca dispôs de um instrumento para o planejamento urbano. A cartografia, até então existente, tinha como objetivo a gestão, levando em consideração os bairros, as micro regiões e as regiões político-administrativas, e sabemos que as diversas estruturas ambientais urbanas que compõem a cidade, não respeitam as fronteiras dos bairros. Em relação ao Estatuto da Cidade, suas diretrizes gerais, registramos as que consideramos mais importantes para o caso do Recife. - Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, moradia, à infra-estrutura urbana, ao transporte... Planejamento do desenvolvimento das

idades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano... Ordenação e controle do uso do solo, de modo a evitar: a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; a instalação de empreendimentos que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; a poluição e a degradação ambiental. Em relação a responsabilidade metropolitana, acredito que seja um dos nossos maiores desafios. Como integrar no Plano Diretor Municipal, questões de interesse metropolitano, que passam necessariamente por ações conjuntas, como exemplo, o sistema viário de transporte e o saneamento ambiental. A questão do lixo perpassa as fronteiras municipais como também a preservação de mananciais. O transporte é um problema metropolitano e local. Deparamos com a (i) ausência de regulação urbanística que adequue o processo de produção do espaço construído à capacidade de atendimento da infra-estrutura viária; (ii) controles ineficazes sobre a instalação de pólos e empreendimentos atrativos de tráfego; (iii) a quantidade e a intensidade de congestionamentos localizados; (iv) o abandono das calçadas (recentemente a Câmara aprovou o projeto de lei relativo a calçadas, definindo, inclusive, as responsabilidades em relação à construção e manutenção das mesmas); (v) o descaso com o pedestre; redução dos investimentos na infra-estrutura para garantir a fluidez dos coletivos, fato que se reflete no acréscimo de apenas 1.380m (7%) no total de faixas e pistas exclusivas para os ônibus, em relação a década anterior". Continuando, Dra. Norma fala sobre a responsabilidade sócio-ambiental: habitabilidade. – proteger o direito à moradia digna através de programas e instrumentos adequados às populações de baixa renda, promovendo o acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Em seguida, falou sobre os projetos aprovados e/ou licenciados de 1996 a maio de 2003; área total construída por setor censitário; vetores do crescimento populacional; densidade populacional; creches municipais; escolas municipais e estaduais; áreas de risco para as doenças de veiculação hídrica, zoonoses e transmitidas por vetores; áreas de transformação urbana e áreas de conservação urbana, entre outros. (cópia da apresentação em anexo). Concluído a apresentação, Dra. Norma comunicou que está sendo concluído o relatório síntese em relação ao diagnóstico. Registrou a ajuda que teve do PNUD, quando lançou os setores censitários em cima da carta de nucleação da FIDEM. Informou que, em relação ao IPTU Progressivo, este incide também em imóveis que estão abandonados. Solicitou a cooperação da CELPE, na identificação desses imóveis. Informou também, que durante a apresentação do diagnóstico no Conselho do Orçamento Participativo, os conselheiros solicitaram que o diagnóstico fosse discutido nas plenárias regionais para ajudar aos Conselho a escolher as intervenções nas áreas. Continuando, Dra. Norma iniciou a discussão dos resultados do diagnóstico, passando a palavra ao conselheiro Maurício Guerra – CJC, que inicialmente pergunta se poderá fazer algum questionamento sobre o documento entregue da 1ª Conferência Urbanística e Ambiental, e obteve uma resposta afirmativa, só que após a discussão do diagnóstico do Plano Diretor. Sobre o diagnóstico, o conselheiro pergunta se existe um levantamento dos imóveis desocupados, e se está sendo pensado um casamento dos cadastros imobiliário e financeiro. Sobre a primeira pergunta, Dra. Norma responde que como informou anteriormente estão identificando áreas na cidade e solicitando à CELPE a relação dos imóveis com consumo mínimo, como também irá fazer o levantamento sobre os dois cadastros, comunicando, ainda, que não foi feito devido as implicações com a área tributária e terá que discutir amplamente com Finanças. Prosseguindo, passa a palavra ao conselheiro Ronaldo Coelho – CENDHEC, que se reportando aos imóveis sub-utilizados e desocupados, pergunta se no cadastramento irá aparecer os imóveis públicos. Respondendo, Dra. Norma fala que a CELPE fornecerá o

consumo mínimo dos imóveis público e privado. “Como não existe nenhuma proposta absolutamente fechada, poderemos abrir uma discussão em relação a isso”. Em seguida, passa a palavra a conselheira Elaine – Fórum do Prezeis. A conselheira pergunta de que forma a população carente poderá ocupar esses imóveis abandonados e aproveita a oportunidade para registrar seu protesto, sua indignação quanto à colocação “para maior circulação da população de baixa renda, deveria se colocar uma gafeira...”, colocação essa (segundo a conselheira) feita durante a reunião passada. “Queremos uma cidade digna para todos, não importa se rico ou pobre”. Dra. Norma fala que, “estamos revisando o Plano Diretor, isso significa riscos, ele poderá ser até mais conservador ou poderá avançar em termos de uma cidade mais justa. A definição se dará através da participação. Se as edificações sub-utilizadas, abandonadas serão destinadas para habitação popular, quem decidirá será a comunidade recifense”. Continuando, passa a palavra a conselheira Maria Lúcia – FIJ, que pergunta sobre o número de imóveis públicos desocupados existentes no centro da cidade, “pois sobre os privados todos sabem que existem muitos”. Em relação a população de 0 a 3 salários mínimo, afirma que a mesma encontra-se discriminada em todas as instâncias de governo. “Espero que quando Norma falou que a decisão será da comunidade, que de fato seja, não venham com tudo pronto como de costume. A população beneficiada deverá ser a de 0 a 3 salários mínimo”. Dra. Norma, lembra à conselheira que ainda não tem o levantamento dos imóveis quer sejam públicos ou privados. “Sobre a mobilização já iniciamos o processo, levamos a todos os Conselhos o diagnóstico, fomos ao Fórum do Prezeis e com o apoio do Orçamento Participativo, iremos a todas as RPA’s, sempre em duas rodadas, diagnóstico e propostas. Está previsto também um seminário. Na 1ª Conferência Urbanística Ambiental, em novembro próximo, iremos discutir com todos os segmentos as propostas que deverão ser contempladas no projeto de lei que enviaremos à Câmara”. Em seguida, passa a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON. “Recentemente numa discussão sobre previdência privada, chegamos a conclusão que a mesma tem uma repercussão pública muito pequena. Vejo, depois da última reunião do CDU, que as noções de público e privado não estão ainda suficientemente entendidas pelos participantes do Conselho. Por esta razão, sugiro que convidemos um jurista para falar um pouco sobre isto. Percebo também que onde falta mais o conceito do público, é exatamente nas elites. A outra coisa, diz respeito a quando a SEPLAM propôs a redução do Plano Diretor, especificamente o físico-territorial, essa redução me preocupa”. Dra. Norma, acha excelente a sugestão do conselheiro em trazer ao Conselho alguém mais balizado para esclarecer melhor a relação entre público e privado. “Em relação a abrangência do Plano, a equipe não se preocupa pois existem os planos setoriais como os de saúde, educação e outros, o que de fato não existe nestes planos é o aonde. O Plano será abrangente em termos espaciais. Isso foi amplamente discutido e votado em reunião do CDU”. Concluindo, lembrou que estão trazendo também a dimensão econômica. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Marco Antonio Borsoi – IAB, que pergunta se existe um cronograma de desenvolvimento das atividades, pois hoje é a primeira vez que se apresenta os resultados do diagnóstico. “Existem muitas questões polêmicas que deverão ser amplamente discutidas com a sociedade”. Dra. Norma responde que realmente está lutando contra o tempo. “A Conferência Urbanística e Ambiental como falei anteriormente, está prevista para os dias 15 e 16 de novembro. No nosso cronograma a data chave é dezembro, mês que deveremos estar enviando o projeto de lei à Câmara, num prazo máximo até janeiro, quando os vereadores estarão retornando do recesso. Ou seja, em termos de propostas, o Plano tem que estar fechado em dezembro”. Em seguida, passa a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA. “Recife é a

cidade mais definida geograficamente do país, 30km de raio e um semi-círculo. A cidade não tem uma expansão natural dentro dela mesma. Muito concentrada, uma das cidades mais densas do Brasil. Outra consideração pertinente em relação ao Plano, é a qualidade do solo da cidade. É utopia não se levar em consideração essa característica. Como exemplo, cito o hospital Barão de Lucena na Av. Caxangá. O prédio tem estacas metálicas de 60m de profundidade média, com só seis ou oito pavimentos. Temos também que observar a viabilidade econômica. Um dado que gostaria de saber é sobre a percentagem da população do Recife que mora em apartamento e a percentagem da que mora em casa. Esse dado é muito importante de ser considerado. Temos que analisar também a densidade da cidade em relação ao tipo de prédio, ou seja, casa, térreo e primeiro, caixão, seis pavimentos e mais". Dra. Norma fala que as questões mencionadas pelo conselheiro são pertinentes. Sobre o estudo de tipos de solo, cabe à SEPLAM incluir na apresentação, as possíveis áreas para o redirecionamento dos investimentos imobiliários. Prosseguindo, passa a palavra ao Dr. Mauro Buarque, diretor geral da DIRMAM/SEPLAM, que deseja também contribuir com o processo. "Temos mapeado as áreas ditas públicas, como praças, refúgios e áreas verdes. Existe de fato a necessidade de uma política diferenciada para as áreas que serão trabalhadas no próprio Plano Diretor. Temos a idéia de criarmos um mapa com o objetivo de qualificar ambientalmente os espaços urbanos, com alguns critérios de qualidade ambiental, cobertura vegetal, equilíbrio entre os espaços natural e construído, concentração da poluição atmosférica, incidência epidemiológica, disposição irregular dos resíduos, presença inadequada dos resíduos, incidência das áreas de riscos, principalmente os deslizamentos dos morros, densidade demográfica e o rebatimento da aplicação dos instrumentos que criaremos com a aplicação do Código Florestal na cidade". Continuando, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro do COMAM, Vereador Paulo Dantas. "Primeiro quero ressaltar a importância do diagnóstico apresentado. A insuficiência de dados dificulta nas decisões políticas acertadas, muitas vezes atingindo a todos. Hoje, temos mais elementos para melhor pensar a cidade. No decorrer do processo, com os documentos que estão sendo elaborados, poderemos não só fazer reflexões como também, detectar insuficiências. Chamo a atenção, estamos num bom momento com a legislação federal, o Estatuto da Cidade, o trabalho da aplicação do Código Florestal, e com um pouco mais de observação, as universidades dispõem também de bons trabalhos. Iremos enfrentar problemas graves, como, os dos cemitérios da cidade. Parabens ao movimento existente, bem diferente de quando foi criada a Lei de Uso e Ocupação do Solo que, praticamente, transcorreu no âmbito da Câmara, e quando muito com a participação de algumas organizações que se interessavam pelo assunto. As pressões sociais serão naturais. Tem que haver correspondência de articulação entre o planejado e o que a sociedade pressiona para acontecer". Se reportando ao prazo divulgado pela Dra. Norma, sugere o final de novembro para a entrega do documento à Câmara, alegando um maior tempo para a análise por parte das comissões. "Não devemos fazer a discussão desse assunto na efervescência de um pleito eleitoral". Dra. Norma garante ao Dr. Paulo Dantas e a todos os conselheiros que fará o possível, mas não sabe se irá conseguir. "Sei que todos queremos uma cidade mais justa, independente do nível de organização da comunidade". Passando a palavra ao conselheiro Maurício Guerra – CJC. "Nós que fazemos parte das ONG's, temos uma expectativa enorme sobre o Plano Diretor. Expectativa de uma maior inclusão social. Temos que investir necessariamente nos espaços de gestão e planejamento da cidade. Rever como estão funcionando os instrumentos de planejamento e gestão da cidade, a própria SEPLAM, a URB, a integração entre as secretarias, se faz necessário repensar todos esses modelos. Investir também nos próprios instrumentos

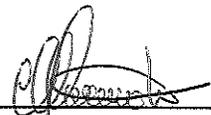
previstos, como: plebiscito, audiência pública e consulta popular”. Dra. Norma se reportando a questão da gestão, comunica que estar sendo elaborado o diagnóstico com a contribuição dos consultores Roberto Mafra e Emerson Emericiano, aqui presentes, para propor um novo desenho do novo modelo de gestão. Em seguida, passa a palavra ao Vereador Dr. Paulo Dantas, que sugere o aproveitamento, a integração das deliberações formuladas durante as conferências realizadas nesta gestão, como as de Educação, Saneamento, Saúde, Assistência Social e da Criança e do Adolescente. A operacionalização poderia se dar através das comissões integrantes dos vários Conselhos pertinentes na elaboração de um documento formatado no modelo de projeto de lei e incorporado ao Plano. Dra. Norma acha a idéia excelente, “um grande auxílio para que possamos andar mais rápido”. Concluído a discussão sobre o resultado do diagnóstico apresentado, Dra. Norma passa para a discussão da minuta do decreto que convoca a 1ª Conferência Urbanística e Ambiental e dá outras providências, previsto sua publicação no próximo 19 de agosto do corrente ano. Como todos receberam uma cópia da minuta do decreto, não se fez necessário a leitura da mesma. Dr. Mauro Buarque – DIRMAM, em relação à composição da comissão organizadora, sugere que ao invés de uma representação das ONG’s, passe para duas representações, sendo uma ONG ambientalista, outra urbanista. O conselheiro Altamir – MNLM, propõe dois representantes do Movimento Popular Urbano. Aristóteles – CREA, propõe a participação do CREA ou do IAB. O conselheiro Maurício Guerra – CJC, sugere a participação dos movimentos populares sociais no Fórum máximo, como também, incluir no primeiro tema, Gestão e Planejamento, e acrescentar Trânsito, Transporte e disponibilidade urbana. Dra. Norma sugere o título, Sistema Viário e Transporte. Passando em seguida a palavra a coordenadora geral da revisão do Plano Diretor, Dra. Sandra Walmsley para uns esclarecimentos. A coordenadora comunica que, “na 1ª quinzena de setembro, quando eleitos os novos delegados do OP, iremos realizar reuniões nas Regionais, para nós as pré-conferências, todos os outros eventos farão parte do conjunto dessa conferência. A idéia é que na próxima semana os representantes das entidades que farão parte da comissão organizadora, estejam indicados para juntos realizarmos a primeira reunião, prevista para a próxima quarta-feira, dia 20 de agosto às 14:00h na SEPLAM”. Dando prosseguimento, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Maurício Guerra – CJC. O conselheiro sugere que conste no próprio decreto o nome das entidades que farão parte da comissão organizadora, como também, os procedimentos básicos para a realização do evento. Dra. Norma explica que não se faz necessário. Passando a palavra a conselheira Elaine – Fórum do Prezeis, comunica que no Regimento da Conferência de Transporte e Trânsito, que acontecerá em setembro próximo, ficou estabelecido que os movimentos e as entidades setoriais indicariam seus representantes, e estes não seriam submetidos a nenhuma plenária. Finalizando a reunião, Dra. Norma agenda para o dia 19 de setembro de 2003 a 117ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 15 de agosto de 2003.

Norma Lacerda – SEPLAM (suplente do presidente)

Elbia Valéria Pires da Silva – DIRCON/SEPLAM (suplente)

Tatiana Maia da S. Mariz - Sec. de Assuntos Jurídicos(titular)

Maria Betânia Torres – Sec. de Educação (suplente)



Carlos Eduardo Maciel Lyra – Sec. Saneamento (titular)

Aubiérgio Barros de Souza Filho – CEF (titular)

Sílvia Maria Ramos de Oliveira - FIDEM(titular)

Antônio Aristóteles de G. Bastos – CREA (suplente)

Huseyin Miranda Sipahi – CORECON (titular)

Marco Antonio Borsoi – IAB/PE (titular)

Ronaldo Coelho Filho – CENDHEC (titular)

Carlos Maurício da Fonseca Guerra – CJC (suplente)

Ana Kelly Ferreira – ETAPAS/ABONG (suplente)

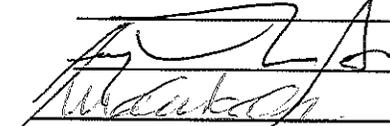
Elaine de Oliveira Santos de Farias – Fórum do PREZEIS (titular)

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)

Altamir Jorge do Espírito Santo – MNLM (titular)



Alunos
Sílvia M^ª B. de Oliveira



Ronaldo Coelho Filho

Elaine de Oliveira Santos de Farias
Maria Lúcia da Silva
Altamir Jorge